

## POLÍTICA +



## ROSANE DE OLIVEIRA

rosane.oliveira@zerohora.com.br  
@rosaneoliveira

Com Débora Cademartori | debora.cademartori@zerohora.com.br | 3218-4387

# É real a chance de a correção do IPTU ficar para 2021

A manobra dos vereadores contrários à correção da planta de valores do IPTU, para impedir que a nova lei vigore em 2020, tem boas chances de dar resultado. Por se tratar de matéria tributária, é preciso respeitar o princípio da anualidade e a noventena. Significa que, se o projeto não for sancionado até 27 de setembro, as mudanças não poderão ser aplicadas em 2020, reduzindo a receita prevista para o último ano de mandato de Nelson Marchezan.

Aprovado em 30 de abril de 2019 na Câmara, com 22 votos favoráveis e 14 contrários, o projeto que atualiza a base de cálculo do IPTU dependia apenas de revisão e redação final. Para que fosse agilizado o processo, já que 14 emendas tinham sido aprovadas, técnicos

da Secretaria da Fazenda auxiliaram na análise.

Quando os problemas pareciam superados, vereadores de oposição solicitaram renovação de votação, invocando um artigo do regimento que prevê essa possibilidade quando a diferença é de até três votos. A oposição alegou que seriam três votos em relação à maioria absoluta, de 19 votos, em uma casa com 36 vereadores.

A presidente Mônica Leal (PP) encaminhou a demanda à Procuradoria da Câmara, que deu parecer favorável.

No dia 22 de julho, Mônica enviou o requerimento à Comissão de Constituição e Justiça, presidida por Ricardo Gomes (PP), um dos principais críticos do projeto.

Gomes ainda não distribuiu a matéria, nem determinou o relator. Como o relator tem seis dias para analisar, é possível que só entre em pauta na comissão em duas semanas. Somente depois de aprovado na CCJ é que o texto poderá ir a plenário. Na prefeitura, o temor é de manobras protelatórias para estourar o prazo e impedir a vigência em 2020.

Aliados do prefeito desconfiam que o atraso na saída do projeto do Legislativo é uma estratégia eleitoral do PP e questionam a decisão de Mônica de ter reiniciado todo o trâmite da estaca zero, com o projeto já aprovado. A vereadora diz que apenas seguiu o regimento da Câmara.

## GAÚCHAZH.

Leia outras colunas em [gauhazh.com/rosanedoliveira](http://gauhazh.com/rosanedoliveira)

## Procuradora pede demissão

Alegando motivos pessoais, a procuradora-geral do município de Porto Alegre, Eunice Nequete, pediu exoneração do cargo que ocupava desde 22 de junho de 2017. Procuradora aposentada do Estado, Eunice é professora e disse ao prefeito Nelson Marchezan que estava cansada.

Interinamente assume o adjunto Nelson Marisco.

Embora a exoneração tenha sido confirmada ontem pela prefeitura, o pedido havia sido feito por Eunice antes de entrar em férias, incomodada com o boicote de procuradores que discordavam de sua postura resistente às



DEI VARGAS, PIPA, DIVULGAÇÃO

demandas corporativas.

No dia 10 de julho foi protocolado um abaixo-assinado com adesão de 69 procuradores reclamando da "instabilidade na casa" e pedindo a nomeação de um procurador de carreira para a vaga de Eunice.

## Enfim, aprovado

Depois de 11 semanas passando de mão em mão após pedidos de vista, o relatório do projeto que termina com a aposentadoria especial dos deputados foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia. Para passar a valer, o plenário da Casa deverá aprovar o texto.

**SERVIDORES DO GOVERNO DO ESTADO QUE GANHAM ACIMA DE R\$ 6,8 MIL TERÃO OS SALÁRIOS DE JUNHO INTEGRALMENTE PAGOS AMANHÃ. A PREVISÃO ERA DE QUE A QUITAÇÃO OCORRERIA APENAS NO DIA 12 DE AGOSTO. O FLUXO DE CAIXA NOS ÚLTIMOS DIAS FOI MAIS FAVORÁVEL DO QUE A FAZENDA HAVIA PREVISTO.**

## Mourão segura o verbo



ANDRÉ AVILA

Foi menos polêmica e mais silenciosa a quarta viagem do ano, pelos pagos gaúchos, do vice-presidente Hamilton Mourão. Porto-alegrense de nascimento e bajeense de coração, o general aproveitou desta vez para palestrar a empresários e admiradores nas duas cidades, acrescentou Santa Cruz do Sul ao roteiro e reviu amigos. Apenas isso.

Nada de arroubos, de comentários permeados de humor, de improvisos que em outras épocas fizeram a delícia da imprensa. Mourão perdeu a eloquência, mas o mutismo parece ser de caso pensado. Alvo preferencial dos bolsonaristas nos primeiros seis meses de governo, pela

desconfiança dos admiradores do presidente Jair Bolsonaro de que o vice esteja de olho na cadeira presidencial, o general optou pelo resguardo.

Comentários, só os alinhados com o ideário geral do governo, que une a miscelânea que elegeu Bolsonaro: apoio a Sergio Moro e críticas à ditadura venezuelana, motivo da palestra de ontem, em Porto Alegre, no lançamento do livro Como Destruir um País, de Marcelo Suano (foto).

Mourão evitou até mesmo repetir divergências pontuais que tem em relação à política externa do governo. Resta saber até quando vai o silêncio auto-imposto, quase um retiro.

Colaborou Humberto Trezzi

## ALIÁS

O estopim da crise na Procuradoria do Município é um projeto que tramita na Câmara, propondo alterações de impacto no exercício da função de procurador municipal. A categoria está em pé de guerra.

## MIRANTE

Com um pé no PSD, o vereador Valter Nagelstein (MDB) trabalha para evitar a saída do ex-vice-governador José Paulo Cairolí do seu futuro partido. Cairolí anunciou desfiliação em maio, mas ainda não a fez oficialmente.

Apelos do PSB gaúcho e do colega Heitor Schuch não foram suficientes para a deputada Liziane Bayer mudar de ideia: ela votará a favor da reforma da Previdência no segundo turno.

A comissão de ética do PSB deverá sugerir a expulsão de Liziane. "Espero que o partido não tenha essa postura, punindo uma posição política", diz ela.

## Irigaray recua em projeto polêmico

Depois de constatar que o texto do projeto de lei que acrescenta o revólver calibre 38 como artigo facultativo da pilcha poderia ser apontado como inconstitucional, Ruy Irigaray recuou e não protocolou a proposta na Assembleia. Ele pretende refazê-la e apresentá-la ainda neste ano.

Segundo o deputado,

a intenção é tornar a arma uma peça simbólica da indumentária gaúcha e não autorizar, via projeto de lei estadual, o porte dela. Ele admite que o texto tem dubiedade e que poderia ser apontado como inconstitucional.

Irigaray volta hoje para o Executivo, onde é titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo.

## De outra fonte

A coluna atribuiu equivocadamente à secretária do Planejamento, Leany Lemos, a relação entre um eventual revés do governo na Justiça, em ações contra a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e a queda nos investimentos em 2020.

A relação foi feita por outras fontes do governo.

## Sem a prefeita

A prefeita de Pelotas, Paula Mascarenhas (PSDB), não participará da inauguração da duplicação de um trecho da BR-116, dia 12, com a presença do presidente Jair Bolsonaro.

Paula está fazendo um curso nos Estados Unidos e só retorna no dia 12, chegando a Pelotas no início da noite.